



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA/SP.**

**Ref.: Processo n.º 035/2023 / Pregão Eletrônico n.º 011/2023**

**ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO**

**LTDA-ME (ETCOTUR)**, com sede na Avenida Jaboticabal, n.º 1142, Pimentéis, Águas de Lindóia/SP, CEP n.º 13.940-000, inscrita no CNPJ n.º 02.256.866/0002-74, devidamente representada por **PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n.º 102.201.088-38 e RG n.º 17.827.580-3, residente e domiciliado à Rua Luiz Beghini, n.º 210, Jd. Estância Nova Lindóia, Lindóia/SP, CEP n.º 13.950-000 e **ENIO JOSÉ PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n.º 330.283.628-72 e RG n.º 4.556.760-8, residente e domiciliado à Rua das Rosas, 1033, Vila Assumpção Netto, Águas de Lindóia/SP, CEP n.º 13.940-000, por intermédio dos procuradores “in fine” subscritos, com endereço profissional na Rua Antônio Gotardelo Sobrinho, n.º 313, Dona Antonieta, Monte Sião/MG, CEP n.º 37.580-000, onde recebem notificações e intimações e endereço eletrônico [siqueiraetavaresadvocacia@yahoo.com](mailto:siqueiraetavaresadvocacia@yahoo.com), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, apresentar:

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto por **MARCOS JORE LORENTI LTDA** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.717.349/0001-77, com sede na Cidade de Várzea Paulista/SP, à Avenida Brasil, 472, Vila Santa Terezinha, CEP: 13220-200, neste ato representada por seu proprietário, pelos fatos e fundamentos abaixo colacionados:



## **I. DA TEMPESTIVIDADE:**

Inicialmente, cabe destacar que, nos termos do inciso XVIII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em **igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.**

Deste modo, considerando o Recurso apresentado pelo recorrente em 22/03/2023, tem-se que **as presentes contrarrazões encontram-se tempestivas.**

## **II. SÍNTESE DO RECURSO:**

Em síntese, o recorrente alega que houve irregularidade no atestado de capacidade técnica, ora apresentado pelo recorrido, sob o fundamento de que:

“A empresa impugnada apresentou atestado de capacidade técnica sem a quantidade de kilometragem anual efetivamente realizada. Ela apenas indica “quantidade Km anual de até” 200.000.”

“Portanto, o atestado de capacidade técnica apresentado pela impugnada padece de absoluta falta de razoabilidade.”

“Não é razoável apresentar atestado de capacidade técnica comprovando a execução de quantidade de km supostamente feito, tendo em vista que quantidade Km anual de até 200.000, podemos entender qualquer valor entre 1km e 200.000 km, não comprovando a quantidade exigida pelo artigo 30, I da Lei 8666/93.”

“o atestado de capacidade técnica apresentado pela impugnada não se presta a finalidade de comprovação da quantidade de serviço prestado, infringindo assim, um dos requisitos exigidos em sede de habilitação, restringindo indevidamente a participação idônea de empresas que possuem atestados de capacidade técnica devidamente instruídos.”

Assim, o recorrente pleiteia a desclassificação da parte recorrida, do certame.

Ocorre que, **como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente.**



### III. DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS:

Tem-se que, no dia 10/03/2023 a parte recorrida participou do EDITAL DE LICITAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023, tendo por objeto a “*escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de preços visando a Contratação de empresa especializada em transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindoia, pelo período de 12 (doze) meses*”, **onde o recorrido se tornou vencedor.**

Contudo, o recorrente discordou da decisão quanto ao resultado da Licitação (Pregão), motivo pelo qual apresentou o mencionado Recurso Administrativo, alegando que houve irregularidade no atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora, ora recorrida, **O QUE NÃO CONDIZ COM A REALIDADE, CONFORME VEREMOS A SEGUIR!**

#### ➤ DA REGULARIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

Diferentemente do alegado pelo recorrente, **o documento apresentado pela empresa vencedora, ora recorrida, encontra-se dentro dos ditames da lei.**

Verifica-se que, no EDITAL DE LICITAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023, especificadamente em seu “*item 15 – 15.5*”, que constou o seguinte quanto um dos documentos necessários que deveria ser apresentado:

#### **15.5 – Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93)**

**a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características semelhantes ao objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já forneceu produtos ou prestou serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, satisfatoriamente, independentemente da quantidade.**

**a1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante.**



Deste modo, **a empresa recorrida apresentou um documento emitido pela Prefeitura de Águas de Lindóia, intitulado de “Atestado de Capacidade Técnica”,** o qual preencheu todos os requisitos.

O cerne da questão é que a recorrente insistiu em dizer que *“a empresa impugnada apresentou atestado de capacidade técnica sem a quantidade de kilometragem anual efetivamente realizada. Ela apenas indica “quantidade Km anual de até” 200.000”*.

Ora, o artigo 30 da Lei nº 8.666 preceitua o seguinte:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, **quantidades** e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, **será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos**;

Ora, **além do Edital não especificar um número máximo ou mínimo de “quantidade” que deveria, eventualmente, constar, a própria Lei nº 8.666/93, conforme acima juntado, também não define um número exato.**

**Fato é que o requisito da “quantidade” foi devidamente preenchido, como verifica-se no campo do documento, o qual foi preenchido.**

O que se presume é que o recorrente pleiteia **discutir quanto a real quantidade constante no documento**. Sendo assim, caso o recorrente possua alguma dúvida



quanto a legalidade do documento emitido diretamente pelo Órgão Público, deverá tomar as providências cabíveis, **que não é a apresentação deste Recurso!**

Vossa Senhoria, dotada dos conhecimentos técnicos e jurídicos, possui conhecimento de que quanto ao requisito da “quantidade” expresso no artigo acima colacionado, **a Lei não especifica uma quantidade mínima ou máxima a se constar, muito menos o Edital!!**

O Órgão Público, ao emitir tal documento, constou as reais informações, ou seja, a real quantidade de km que foi executado.

Além do mais, resta oportuno mencionar que, **a quantidade de km executado não terá relevância e nenhum impacto negativo no Edital ou no certame, o importante e o que é a medida legal, conforme disposição do Ordenamento Jurídico, é constar a quantidade, o que foi feito pelo Órgão Público ao emitir o atestado!**

**O Recurso em questão, quanto a discussão da quantidade, não possui nenhum fundamento.** A lei é clara no sentido de que há a necessidade de constar sim a “quantidade”, contudo, não há um mínimo/máximo estipulado.

O recorrente, ao tentar anular o Pregão realizado dentro dos ditames da lei, vai de encontro ao que dispõe o nosso Ordenamento Jurídico, afinal, o recorrente visa anular um ato legal, onde apresenta fundamentos inverídicos, afinal, **é de fácil percepção constatar que o documento apresentado pelo recorrido preencheu todos os requisitos exigidos, inclusive, havendo o preenchimento do requisito “quantidade”.**

O que se presume é que **o intuito do recorrente é questionar um documento emitido legalmente pelo próprio Município, o que não é cabível através do manejo deste recurso.**

Outrossim, tal argumento discutido pelo recorrente sequer possui validade jurídica, haja vista que o que o recorrente vem discutido não possui fundamento algum, considerando que **fora devidamente constatado, EXPRESSAMENTE, a**



**quantidade de km dos serviços prestados, o que cai por terra as suas alegações e, por óbvio, as razões de seu recurso.**

Ademais, independentemente da “quantidade” que fora constada no documento fornecido pela Prefeitura de Águas de Lindóia/SP, em nada prejudicaria o certame.

Resta mais do que evidente que **o documento fornecido pela parte recorrida, “Atestado de capacidade técnica” emitido pela Prefeitura de Águas de Lindóia/SP, preencheu todos os requisitos exigidos e legais, inclusive, houve a informação da quantidade, conforme visivelmente perceptível no documento!!**

Pelo Princípio da Eventualidade, caso Vossa Senhoria julgue por pertinente, o recorrido encontra-se à disposição para apresentar eventuais documentos relacionados ao caso, comprovando o quantitativo, ora atestado pela Prefeitura, uma vez que possuem todos os relatórios de viagens, NF’s e etc. **Ressaltando que, o recorrente não vê necessidade, afinal, pelo próprio documento emitido pela Prefeitura, verifica-se que esta já constou expressamente a quantidade, preenchendo todos os requisitos exigidos pela lei, afinal, a Prefeitura não iria proceder com a emissão de um documento inverídico!**

Destarte, a verdade é que, o recurso em apreço revela práticas abusivas, voltadas a **atrapalhar o bom andamento do processo licitatório, fato que, esse sim, configura burla ao processo licitatório e deve ser interpretado como crime.**

#### **IV. DOS PEDIDOS:**

Diante de todo o exposto, requer **SEJA NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO** apresentado pelo recorrente, **ORA IMPUGNADO**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA-ME (ETCOTUR)**, uma vez que restou demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital e **realizando a MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RECORRENTE**, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.



Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Monte Sião, 22 de março de 2023.

MICHEL DE SIQUEIRA:05071606658  
071606658

Assinado de forma digital por MICHEL DE SIQUEIRA:05071606658  
Dados: 2023.03.22 16:43:31 -03'00'

**Michel de Siqueira**

**OAB/MG 107.938**

JULIA SANCHES DO LAGO:09941328676

Assinado de forma digital por JULIA SANCHES DO LAGO:09941328676  
Dados: 2023.03.22 16:43:57 -03'00'

**Julia Sanches do Lago**

**OAB/MG 194.638**

**Estela de Oliveira**

**OAB-MG 208.610**

IVAN BATISTA TAVARES:05794342650  
94342650

Assinado de forma digital por IVAN BATISTA TAVARES:05794342650  
Dados: 2023.03.22 16:43:44 -03'00'

**Ivan Batista Tavares**

**OAB/MG 177.646**

**Bianca Ribeiro de Oliveira**

**OAB-MG 191.983**

**Laura Carvalho de A. Rossi**

**OAB-MG 212.898**

**Pedro Maciel de Góes**

**OAB-MG 214.949**



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA**

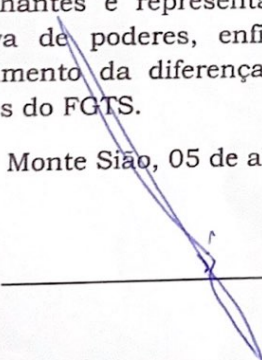
**OUTORGANTE: ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA-ME (ETCOTUR)**, com sede na Avenida Jaboticabal, n.º 1140, Pimentéis, Águas de Lindóia/SP, CEP n.º 13.940-000, inscrita no CNPJ n.º 02.256.866/0001-93, devidamente representada por **PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n.º 102.201.088-38 e RG n.º 17.827.580-3, residente e domiciliado à Rua Luiz Beghini, n.º 210, Jd. Estância Nova Lindóia, Lindóia/SP, CEP n.º 13.950-000 e **ENIO JOSÉ PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n.º 330.283.628-72 e RG n.º 4.556.760-8, residente e domiciliado à Rua das Rosas, 1033, Vila Assumpção Netto, Águas de Lindóia/SP, CEP n.º 13.940-000.

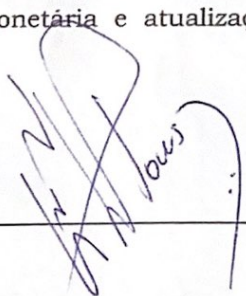
**OUTORGADO: MICHEL DE SIQUEIRA**, brasileiro, casado, advogado, RG n.º MG 12397829, CPF/MF n.º 050.716.066-58, OAB/MG 107.938, **IVAN BATISTA TAVARES**, brasileiro, casado, advogado, OAB-MG 177.646, CPF 05794342650, RG MG11745610, **BIANCA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, CPF 116.522.626-01, RG MG-18.958.407, e OAB 191.983, **JULIA SANCHES DO LAGO**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 194.638, CPF 099.413.286-76, RG 18.289.579e **ESTELA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, advogada, OAB/MG 208.610, CPF:111.130.696-60, RG: MG:17.629.932, todos com endereço profissional residente e domiciliado a Av. Ciro Gonçalves, 145, Centro, na cidade de Ouro Fino-MG- CEP 37570-000.

**PODERES:** Através do presente instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE nomeia e constitui como seu procurador o OUTORGADO, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, instituições financeiras e bancárias, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso;

**FINALIDADE:** atuar na área administrativa e judicial ou defesa em processo e/outras semelhantes e representar nesta, bem como substabelecer este mandato, com ou sem reserva de poderes, enfim, praticar atos necessários ao fiel cumprimento, visando o recebimento da diferença dos valores referente à correção monetária e atualização dos valores do FGTS.

Monte Sião, 05 de abril de 2022.

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_



**ETCO EMPRESA DE TURISMO E**  
**COLETIVO LTDA – M**  
**CNPJ: 02.256.866/0001-9**



**DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Os abaixo assinados:

**PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado com comunhão de bens, empresário, inscrito no CPF nº 102.201.088-38, e RG nº 17.827.580-3, expedida pela SSP/SP, domiciliado á Rua Luiz Beghini, 210, Jardim Estância Nova Lindóia, Lindóia, SP, CEP: 13.950-000; e

**ENIO JOSÉ PIRANI DE SOUSA**, brasileiro, casado com comunhão de bens, empresário, inscrito no CPF nº 330.283.628-72, e RG nº 4.556.760-8, expedida pela SSP/SP, domiciliado á Rua das Rosas, 1033, Vila Assumpção Netto, Águas de Lindóia, SP, CEP: 13.940-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, **ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA – ME**, com nome fantasia ETCOTUR, com sede na Avenida Jaboticabal, 1140, Pimentéis, Águas de Lindóia, SP, CEP: 13.940-000, registrada na JUCESP sob NIRE 35229700020 e CNPJ 02.256.866/0001-93, resolvem proceder à alteração contratual, mediante cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª** – Nesta data altera-se o endereço da filial cadastrada no CNPJ sob o nº 02.256.866/0002-74 e NIRE nº 35902062301, **para Avenida Jaboticabal, 1142, Pimentéis, Águas de Lindóia, SP, CEP: 13.940-000.**

**Cláusula 2ª** - Nesta data cria-se uma filial à Rua Arthur Vergueiro, 410, Centro, Espírito Santo do Pinhal, SP, CEP: 13.990-000, com o objetivo de Prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, transporte escolar e universitário, transporte de pacientes, transporte rural, transporte rodoviário de cargas e transporte turísticos de superfície, locação de veículos, sem condutor, locação de ônibus, micro-ônibus, caminhões, caminhão trator, ambulâncias e automóveis, com ou sem condutor, locação de máquinas e implementos agrícolas, com ou sem operador, prestação de serviços de limpeza urbana, corte, plantio e cultivo de cana, prestação de serviços de reparos mecânicos, elétricos e de funilaria e pintura, serviços de guincho de pequeno e grande porte e serviços de entrega e coleta de mercadorias, e serviços de fornecimento de mão-de-obra e serviços de táxi e moto táxi.

**Cláusula 3ª**-Nesta data cria-se uma filial à Rua Nossa Senhora Aparecida, 79, Recanto São Marcos - Mococa, Monte Sião, MG, CEP: 37580-000, com o objetivo de Prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal,

intermunicipal, interestadual e internacional, transporte escolar e universitário , transporte de pacientes , transporte rural, transporte rodoviário de cargas e transporte turísticos de superfície, locação de veículos, sem condutor, locação de ônibus, micro-ônibus, caminhões, caminhão trator, ambulâncias e automóveis, com ou sem condutor, locação de máquinas e implementos agrícolas, com ou sem operador, prestação de serviços de limpeza urbana, corte, plantio e cultivo de cana, prestação de serviços de reparos mecânicos, elétricos e de funilaria e pintura , serviços de guincho de pequeno e grande porte e serviços de entrega e coleta de mercadorias, e serviços de fornecimento de mão-de-obra e serviços de táxi e moto táxi.

**Cláusula 4ª-** Nesta data os sócios resolvem extinguir a filial com NIRE provisório nº 31992921975, estabelecida a Rua E ,15, São Domingos, Andradas, MG, CEP: 37.795-000, com objeto destacado de Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional, serviços de reboque de veículos, serviço de táxi e serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, com capital destacado de 100.000,00 (cem mil reais), início das atividades: 30/11/2017.

**Face às alterações ora ajustadas, consolida o contrato social mediante as cláusulas e condições seguintes:**

**Cláusula 1ª** - A denominação da Sociedade é **ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA – ME**, com nome fantasia ETCOTUR, com sede na Avenida Jaboticabal, 1140, Pimentéis, Águas de Lindóia, SP, CEP: 13.940-000, com objetivo de Prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional, transporte escolar e universitário , transporte de pacientes , transporte rural, transporte rodoviário de cargas e transporte turísticos de superfície, locação de veículos, sem condutor, locação de ônibus, micro-ônibus, caminhões, caminhão trator, ambulâncias e automóveis, com ou sem condutor, locação de máquinas e implementos agrícolas, com ou sem operador, prestação de serviços de limpeza urbana, corte, plantio e cultivo de cana, prestação de serviços de reparos mecânicos, elétricos e de funilaria e pintura , serviços de guincho de pequeno e grande porte e serviços de entrega e coleta de mercadorias, e serviços de fornecimento de mão-de-obra e serviços de táxi e moto táxi.

**Cláusula 2ª** – No total a empresa, além da sede especificada na clausula 1ª deste instrumento possui as seguintes filiais:

- a) ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA – ME, cadastrada no CNPJ sob nº 02.256.866/0002-74, e NIRE nº 35902062301, estabelecida à Avenida Jaboticabal, 1142, Pimentéis, Águas de Lindóia, SP, CEP: 13.940-000; com o mesmo objetivo da sede especificada na clausula 1ª deste instrumento.
- b) ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA – ME, estabelecida à Rua Arthur Vergueiro, 410, Centro, Espírito Santo do Pinhal, SP, CEP: 13.990-000, com o mesmo objetivo da sede especificada na clausula 1ª deste instrumento.
- c) ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA – ME, estabelecida à Rua Nossa Senhora Aparecida, 79, Recanto São Marcos - Mococa, Monte Sião, MG, CEP: 37580-000, com o mesmo objetivo da sede especificada na clausula 1ª deste instrumento.

**Cláusula 3ª** - O Capital social é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) dividido em 600.000 (seiscentas mil) quotas no valor nominal R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído entre os sócios:

<b>NOMES</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR R\$</b>
PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA	400.020 quotas	R\$ 400.020,00
ENIO JOSÉ PIRANI DE SOUSA	199.980 quotas	R\$ 199.980,00
<b>TOTAL</b>	<b>600.000 quotas</b>	<b>R\$ 600.000,00</b>

**§ único:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

**Cláusula 4ª** - A administração da sociedade é exercida pelo sócio: **PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA**, que assinará isoladamente pela sociedade com poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos sócios ou terceiros, bem como onerar ou alienar imóveis da sociedade, se autorização dos outros sócios.

**Cláusula 5ª** - O uso ou emprego da denominação social ficará a cargo de todos os sócios, que assinarão, em conjunto ou isoladamente, todos os atos tão somente relacionados com o objetivo da Sociedade perante Bancos, Repartições Públicas, Autarquias e Terceiros, ficando-lhes, porém, vedado o uso ou emprego da denominação social em endossos, abonos, avais, fianças ou papéis e documentos semelhantes, estranhos aos interesses da Sociedade, sob pena de serem considerados nulos automaticamente.

**Cláusula 6ª** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando se realizada a cessão delas, alteração contratual pertinente.

**Cláusula 7ª** - O administrador declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**Cláusula 8ª** - A Sociedade iniciou suas atividades em 01/04/1997 e perdurará por prazo indeterminado.

**Cláusula 9ª** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

**Cláusula 10ª** – No caso de falecimento de qualquer um dos sócios, será levantado um Balanço Patrimonial para apuração dos haveres sociais, que serão pagos aos legítimos herdeiros ou sucessores, os quais poderão, todavia, optar pelo recebimento dos valores apurados ou pela continuação da Sociedade.

**Parágrafo Único:** No caso dos herdeiros ou sucessores desejarem não continuar na sociedade os haveres sociais deverá ser pagos em 36 parcelas fixas, após 30 (trinta) dias da apresentação do encerramento do formal de partilha ou avará judicial.

**Cláusula 11ª** – Somente o sócio administrador terá direito a retirada mensal de comum acordo e conforme a possibilidade empresarial, como uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Cláusula 12ª** – Sem o consentimento expresso dos sócios, as quotas de capital não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, salvo com a anuência dos demais sócios que são considerados prioritários e que terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercer os seus direitos de preferência, contados da competente comunicação, por escrito, do sócio interessado em se retirar da Sociedade.

**Parágrafo Primeiro:** O sócio que manifestar interesse em ficar com as quotas de capital terá o direito de pagar ao sócio que sair em 12 (doze) parcelas fixas a partir de 30 (trinta) dias após a alteração do contrato social.

**Parágrafo Segundo:** A sociedade poderá adquirir as quotas de capital do sócio que se manifestar sair da sociedade, devendo a sociedade pagar ao sócio que sair em 12 (doze) parcelas fixas a partir de 30 (trinta) dias após a alteração do contrato social.

**Parágrafo Terceiro:** As quotas de capital em poder da Tesouraria poderão ser adquiridas pelos sócios ou terceiros somente após o encerramento do exercício fiscal e somente uma única vez por ano.

**Cláusula 13ª** - Fica eleito o foro de Águas de Lindóia, SP para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Águas de Lindóia, SP, 07 de Abril de 2021.

Paulo Cesar Pirani de Sousa  
CPF: 102.201.088-38

Enio José Pirani de Sousa  
CPF: 330.283.628-72



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARREIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PAULO CESAR PIRANI DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF  
 17827580 SSP/SP

CPF 102.201.088-38 DATA NASCIMENTO 02/12/1967

FILIAÇÃO  
 ENIO JOSE PIRANI DE SO  
 USA  
 BENEDITA APARECIDA PIR  
 ANI DE SOUSA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.  
 AE

Nº REGISTRO 01038458474 VALIDADE 14/11/2022 1ª HABILITAÇÃO 18/12/1985

OBSERVAÇÕES  
 EAR  
 CETCP

LOCAL ASSINATURA DO PORTADOR DATA EMISSÃO  
 AGUAS DE LINDOIA, SP 18/11/2017

Assinatura: *Maxwell*  
 Maxwell Borges de Moura Vieira Diretor Presidente do Detran-SP  
 Assinatura do Emissor 64617075015 SP877102147

SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1512033280  
 PROIBIDO PLASTIFICAR 1512033280



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.256.866/0001-93</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>20/11/1997</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>ETCO EMPRESA DE TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO LTDA</b>
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ETCOTUR</b>	PORTE <b>ME</b>
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>49.24-8-00 - Transporte escolar</b> <b>49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal</b> <b>49.23-0-01 - Serviço de táxi</b> <b>49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional</b> <b>77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor</b> <b>77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor</b> <b>49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista</b> <b>77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador</b> <b>45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores</b> <b>45.20-0-02 - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores</b> <b>45.20-0-03 - Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores</b> <b>49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.</b> <b>52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos</b> <b>01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente</b> <b>81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente</b> <b>78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b> <b>49.29-9-99 - Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV JABOTICABAL</b>	NÚMERO <b>1140</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
-------------------------------------	-----------------------	-----------------------------

CEP <b>13.940-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PIMENTEIS</b>	MUNICÍPIO <b>AGUAS DE LINDOIA</b>	UF <b>SP</b>
--------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ETCOAGUAS@HOTMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(19) 3824-3222/ (35) 3465-1068</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **22/02/2023** às **12:39:39** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## EDITAL DE LICITAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO PARA **REGISTRO DE PREÇOS**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA** torna público para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRONICO** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE NO MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Federal 10024/2019, o Decreto 7892, de 23 de janeiro de 201, o Decreto Municipal nº 1.946/2004, o Decreto Municipal nº 1.940/2004, o Decreto Municipal 3241/2019 e, suplementarmente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.

### **CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**

Cadastro de Propostas iniciais e documentos de habilitação a partir de: **28/02/2023 às 14h00**

Abertura de Propostas iniciais: **10/03/2023 às 14h00**

Início do Pregão (fase competitiva): **10/03/2023 às 14h30**

Tempo de Disputa: **10 minutos**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços visando a Contratação de empresa especializada em transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindóia, pelo período de 12 (doze) meses**, os termos do ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO do presente Edital.

1.2. Estima-se o valor global desta licitação em **R\$ 4.401.666,67 (Quatro milhões quatrocentos e um mil seiscentos e sessenta e seis Reais e sessenta e sete centavos)**, com base nos parâmetros dispostos no ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO.

1.3. A licitação será dividida em **lote(s)**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos **lote(s)** forem de seu interesse.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por Lote**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o **exercício de 2023**, na classificação abaixo:

02.08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JUR
10.301.0041.2051.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

### **3. DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

## 4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases por meio do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Nacional de Compras**.

4.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Funcionário(a) **Cristiane Braz Dalonso Alves** denominado Pregoeiro(a), com auxílio da Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do **Banco Nacional de Compras** ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)).

## 5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, autorizadas na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste Edital, desde que possuam cadastramento junto a **Bolsa Nacional de Compras** ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)).

6.2 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento diretamente do site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

6.4 - Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

6.5 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para o respectivo cadastramento junto a **Bolsa Nacional de Compras**;

6.6 - O licitante deverá estar credenciado, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para apresentação da proposta e início do pregão.

6.7 – Somente poderão participar da presente licitação as licitantes que atenderem às disposições deste edital.

6.8 – Será vedada a participação:

6.8.1 – De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

6.8.2 – De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Águas de Lindóia e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei 10.520/2002;

6.8.3 – Sob a forma de consórcio, pois existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital o que, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, opta-se com base no poder discricionário da Administração por manter a vedação, da participação de empresas em "consórcio" neste certame.

6.8.4 – Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

6.7.5 – Empresas com falência judicialmente decretada.

## 7. DO CADASTRAMENTO DO LICITANTE NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

7.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

7.2 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.3 O cadastramento do licitante deverá ser requerido, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras **(ANEXO 03)**

7.4 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da **Bolsa Nacional de Compras**, **ANEXO 03 e 04.**

## 8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## 9. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

9.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa Nacional de Compras**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

9.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BNC – Bolsa Nacional de Compras**, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

9.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BNC – Bolsa Nacional de Compras**.

9.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BNC – Bolsa Nacional de Compras** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

## **10. PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES:**

10.1 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

10.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

10.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

10.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**10.5.1. Para tanto, microempresa ou empresa de pequeno porte, além de assinalar no sistema pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, assinalar o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.**

**10.6 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Ponta Grossa-PR (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br).**

## **11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

***11.1 Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.***

11.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

11.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

11.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### **- Valor por Lote;**

- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

12.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta dias) dias**, a contar da data de sua apresentação.

12.5 Serão aceitas até **02 (duas) casas decimais** no preço unitário de **CADA ITEM / LOTE** ofertado.

12.6 O licitante deverá declarar, para cada item/global/lote, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

12.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

12.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

13.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

### **13.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

13.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

13.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **Valor por Lote**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o prego e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse item/global/lote.

**13.9. Será adotado para o envio de lances no prego eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

13.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

13.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

13.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

13.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.17. O Critério de julgamento adotado será o **Menor Preço por Lote**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

13.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da **melhor proposta** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

13.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

13.25.1. no país;

13.25.2. por empresas brasileiras;

13.25.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.25.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

13.25.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

3.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

14.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

14.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

14.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

14.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

14.7.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

14.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

14.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **15. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:**

15.1. Para aferição da regularidade de sua habilitação, o licitante, deverá apresentar os seguintes documentos (***os quais deverão ser encaminhados concomitantemente com a proposta, por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública***):



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

## 15.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato de criação do licitante conforme o caso:

a1) Registro comercial, no caso de empresa individual;

a2) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou simples, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; e

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 15.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

b) **Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;**

c) **Fazenda Municipal** – Certidão Mobiliária, em nome da empresa proponente, expedida pela Prefeitura da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor na data de abertura da licitação.

d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor;

e) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 5452 de 1º de Maio de 1943, que poderá ser obtida no site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

## 15.4 – Qualificação Econômico-Financeira (art. 31 da Lei 8.666.93):

**a) Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Distribuidor da sede do licitante, devidamente válida **e/ou com data de emissão anterior à data da entrega das propostas de no máximo até 90 (noventa) dias, no caso daquelas que não possuem data de validade;**

**a.1) Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, mediante apresentação de certidão de concessão de recuperação judicial. Caso a empresa em recuperação judicial apresente certidão positiva, se faz necessário que a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital.**

## 15.5 – Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93)

**a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características semelhantes ao objeto da licitação**, mediante a apresentação de atestado ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já forneceu produtos ou prestou serviços iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, satisfatoriamente, independentemente da quantidade.

**a1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome do licitante.**

## 15.6 – Declaração de disponibilidade de profissionais devidamente habilitados para realização do objeto, na forma do art. 30, § 6º da Lei 8.666/93



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

## **15.7 - Declaração de Disponibilidade dos veículos necessários em cumprimento do objeto, na forma do art. 30, § 6º da Lei 8.666/93.**

15.7 – Declaração do licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos moldes do **Anexo 07.**

15.8 - **Declaração de Concordância** com os termos do Edital e não ocorrência de fatos impeditivos à participação em licitação, nos moldes do **Anexo 05.**

15.9 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

15.9.1. – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.9.2 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou documento equivalente, ou revogar a licitação.

**15.10 A empresa vencedora da etapa de lances deverá encaminhar os documentos originais ou cópias autenticadas relativas à HABILITAÇÃO, juntamente com seus anexos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data do encerramento da sessão pública virtual de disputa de lances, juntamente com a PROPOSTA DE PREÇOS adequada ao lance vencedor, no seguinte endereço: A/C Pregoeiro(a) – Rua Professora Carolina Froes, nº 321 – Centro – Águas de Lindóia, SP, CEP 13.940-000.**

**15.10.1 Os documentos, anexados à plataforma BNC, com autenticação digital válida não precisarão ser encaminhados novamente.**

**15.10.2 Conforme artigo 49, II, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, o licitante que não entregar a documentação exigida no edital, sofrerá sanções, conforme lei.**

## **16. DOS RECURSOS**

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

16.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

19.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

19.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

20.1. Os preços registrados serão fixos e irremovíveis, o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a **Secretaria de Saúde**.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- apresentar documentação falsa;
- deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- não mantiver a proposta;
- cometer fraude fiscal;
- comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar e/ou solicitar esclarecimentos deste Edital.**

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, via página eletrônica do **Banco Nacional de Compras** ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)), e/ou pelo e-mail [editais.aguas@hotmail.com](mailto:editais.aguas@hotmail.com) pelo fax (19) 3924-9340 ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Professora Carolina Froes, 321, Centro – Águas de Lindoia/SP, Seção de Protocolo.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [WWW.BNC.ORG.BR](http://WWW.BNC.ORG.BR), nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 1 - Termo de Referência;

ANEXO 2 – Modelo de proposta;

ANEXO 3 – Termo de Adesão – BNC

ANEXO 4 – Custo pela utilização do sistema;

ANEXO 5 – Declaração Concordância

ANEXO 6 – Declaração Requisitos de Habilitação

ANEXO 7 – Declaração menor de idade;

ANEXO 8 – Declaração ME/EPP

ANEXO 9 – Minuta de Contrato

Águas de Lindóia, 24 de fevereiro de 2.023

---

**DIDEROT CAMARGO NETTO**  
**Secretário Municipal de Administração**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N°. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

**I** – Pretende a **Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia**, a realização de **Registro de preços visando a Contratação de empresa especializada em transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindóia, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme especificações abaixo:

LOTE	Partida e retorno	Principais destinos e previsão de Kms	Qtde	UNIT \$	TOTAL \$
1	Águas de Lindóia	Lindóia – 20.000kms Amparo – 55.000kms Campinas – 70.000kms Atibaia – 35.000kms S. B. D'Oeste – 2.500kms Bragança Paulista – 60.000kms Jundiaí – 2.500kms Sumaré – 2.500kms Sorocaba – 2.500kms Piracicaba – 2.500kms São Paulo – 45.000kms Barretos – 2.500kms	300.000		

Periodicidade: Conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde

Veículo: **Veículo com capacidade mínima de 5 (cinco) lugares**, devendo transportar até 3 (três) passageiros além do motorista e/ou em veículos com número superior a 5 (cinco) lugares respeitar o distanciamento de 1 (um) banco entre os ocupantes\*

Quantidade mínima e máxima de veículos que poderão ser solicitados diariamente: 02/06

Horário de saída: às 5h e às 10h, podendo ocorrer alteração de horário de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme horários a serem definidos pelo Setor de Agendamento de Transportes.

Horário de retorno: Após o término do atendimento do último paciente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

LOTE	Partida e retorno	Principais destinos e previsão de Kms	Qtde	UNIT \$	TOTAL \$
2	Águas de Lindóia	Lindóia – 20.000kms Amparo – 55.000kms Campinas – 40.000kms Atibaia – 35.000kms S. B. D'Oeste – 2.500kms Bragança Paulista – 60.000kms Jundiaí – 2.500kms Sumaré – 2.500kms Sorocaba – 2.500kms Piracicaba – 2.500kms São Paulo – 25.000kms Barretos – 2.500kms	250.000		

Periodicidade: Conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde  
Veículo: **Veículo com capacidade mínima de 15 lugares**, devendo transportar entre 3 e 12 passageiros além do motorista e/ou em veículos com número superior a 15 lugares respeitar o distanciamento de 1 (um) banco entre os ocupantes\*  
Quantidade mínima e máxima de veículos que poderão ser solicitados diariamente: 02/06  
Horário de saída: às 5h e às 10h, podendo ocorrer alteração de horário de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme horários a serem definidos pelo Setor de Agendamento de Transportes.  
Horário de retorno: Após o término do atendimento do último paciente.

LOTE	Partida e retorno	Principais destinos e previsão de Kms	Qtde	UNIT \$	TOTAL \$
3	Águas de Lindóia	Amparo – 36.000kms Campinas – 60.000kms Atibaia – 12.000kms Bragança Paulista – 40.000kms Jundiaí – 26.000kms Sumaré – 26.000kms	200.000		

Periodicidade: Conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde  
Veículo: **Veículo com capacidade mínima de 26 lugares**, devendo transportar até 13 passageiros além do motorista e/ou em veículos com número superior a 26 lugares respeitar o distanciamento de 1 (um) banco entre os ocupantes\*  
Quantidade mínima e máxima de veículos que poderão ser solicitados diariamente: 01/04  
Horário de saída: às 5h e às 10h, podendo ocorrer alteração de horário de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme horários a serem definidos pelo Setor de Agendamento de Transportes.  
Horário de retorno: Após o término do atendimento do último paciente.

**\* O NÚMERO REDUZIDO DE OCUPANTES E A NECESSIDADE DE DISTANCIAMENTO SOCIAL PERSISTIRÁ ENQUANTO HOVER O ESTADO DE PANDEMIA DO COVID-19. CASO DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, HAJA EXTINÇÃO DO CENÁRIO PANDÊMICO E EXCLUSÃO DA NECESSIDADE DO DISTANCIAMENTO SOCIAL, OS VEÍCULOS PODERÃO SER TOTALMENTE OCUPADOS POR PASSAGEIROS.**

1.2 – Os quantitativos de quilometragens a serem percorridos pelos veículos quando da prestação dos serviços serão estimados pela Contratante após pesquisas realizadas exclusivamente por meio da ferramenta de busca **GOOGLE MAPS** ou outro que o venha substituir, considerando os pontos de embarque e desembarque dos passageiros, bem como as alterações autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde na rotas inicialmente indicadas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

## 2- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1- A licitante vencedora **deverá apresentar ao Gestor Contratual da Secretaria de Saúde**, após o encaminhamento da **ORDEM DE SERVIÇO**, os seguintes documentos:

- 2.1.1- Registro na ANTT com as devidas autorizações para circulação no centro expandido de São Paulo;
- 2.1.2- Documento de posse ou propriedade do(s) veículo(s) que será(ão) utilizado(s) na prestação do serviço. No caso de veículo registrado em nome de terceiro, apresentar também o Termo de Comodato/Locação/outro documento hábil que demonstre que a contratada está na posse do veículo de forma legítima
- 2.1.3- Apólices de seguros vigentes, com cobertura de danos relativos aos passageiros contra acidentes;
- 2.1.4- Certidão de Registro na Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP da empresa, demonstrando situação regular na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais;
- 2.1.5- Indicação dos motoristas que irão executar os serviços, acompanhado de cópia da Carteira Nacional de Habilitação, nos termos da legislação em vigor e comprovante de vínculo com a contratada, nos termos do quanto disposto na Súmula 25 do TCE/SP;
- 2.1.6- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação de cada Motorista indicado, com a anotação do Curso de Transporte Coletivo de Passageiros (caso não haja tal anotação na CNH, apresentar o respectivo Certificado);
- 2.1.7- Atestado de Antecedentes Criminais de cada Motorista indicado, expedido em prazo inferior a 90 (noventa) dias de sua apresentação;
- 2.1.7- Cópia de pesquisa realizada junto ao DETRAN, referente à pontuação existente nos últimos 12 (doze) meses, com expedição em prazo inferior a 30 (trinta) dias de sua apresentação;
- 2.1.8- Fotografias recentes de cada veículo (frontal, laterais, traseira, interior, odômetro e tacógrafo);
- 2.1.9- Fotografia das cadeiras e dos assentos elevados que serão disponibilizados para transporte de crianças, nos termos da legislação de trânsito vigente;
- 2.1.10 – Cópia do Certificado de Licenciamento Anual de cada veículo.

## 3 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

3.1 – A licitante vencedora disponibilizará veículos com condutores, ficando ainda responsável pela sua manutenção e substituição, quando necessário, além de ser responsável pelos encargos trabalhistas, seguros, combustíveis, pedágios, e outros que venham a surgir, garantindo assim a continuidade e fluidez dos serviços.

3.2 – O serviço é destinado a atender usuários da Rede Municipal de Saúde para tratamento fora do Município de Águas de Lindóia.

3.3 – Os veículos deverão possuir seguro com cobertura a terceiros, sistema de rastreamento, cartão de vistoria da ARTESP para transporte de passageiros, poltronas reclináveis, ar-condicionado e os acessórios obrigatórios por Lei, especialmente aqueles determinados pelo Código Nacional de Trânsito, pelo Inmetro, além de todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

3.4 – Os motoristas deverão possuir curso de Transporte Coletivo de Passageiros e deverão portar crachá de identificação, além de uniforme padronizado pela empresa contratada.

**3.5 – Os veículos com capacidade mínima de 26 lugares deverão ter no máximo 10 (dez) anos de uso durante a vigência do Contrato. Os veículos com capacidade mínima de 15 lugares deverão ter no máximo 6 (seis) anos de uso durante a vigência do Contrato. Os veículos com capacidade de no mínimo 5 lugares deverão ter no máximo 3 (três) anos de uso durante a vigência do Contrato com até 300.000 (trezentos mil) KM.**

3.6 – A listagem com a quantidade e horários de saída dos pacientes que serão transportados será informada à empresa contratada no dia anterior, até às 17h00min, pelo envio de planilha correspondente ao endereço eletrônico disponibilizado pela empresa.

3.7 – Caso a empresa, por qualquer motivo, deixar de transportar paciente agendado, conforme relação de pacientes enviada pelo Setor de Agendamento, ficará responsável pelo seu transporte, sem ônus para a Prefeitura.

3.8 – A empresa deverá embarcar e desembarcar os pacientes em pontos estratégicos, ou em suas residências, nas datas e horários definidos previamente pela Secretaria da Saúde, devendo retorná-los aos pontos de origem.

3.9 – A empresa deverá seguir o Manual de Normas e Rotinas a ser disponibilizado pela Prefeitura.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

3.10 - O condutor deverá auxiliar no embarque e desembarque de pacientes que apresentem dificuldade de locomoção, bem como deverá acondicionar no veículo os equipamentos porventura necessários aos pacientes, como cadeira de rodas, muletas, etc;

## 4- DOS PRAZOS

4.1. - A vigência terá início na data de assinatura do aludido instrumento e vigorará por **12 (doze) meses.**

## 5 –CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 - A Prefeitura poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que esteja em desacordo com as especificações e condições deste Termo de Referência.

5.2 - A empresa deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, e dentro do prazo estabelecido pela Administração, as partes do objeto deste Edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços.

## 6 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 – Antes da emissão das Notas Fiscais a Contratada deverá enviar previamente relatórios das viagens realizadas, os quais deverão ser analisados **num prazo de até 2 (dois) dias úteis** pela Secretaria de Saúde, sendo que após sua conferência, em caso de deferimento, será autorizada a emissão da Nota Fiscal, que deverá ser acompanhada dos relatórios de viagens definitivos, bem como provas de regularidades relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e ao Instituto Nacional do Seguro Social

6.2 - O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a aprovação da Nota Fiscal apresentada.

6.3 - Havendo erro na Nota Fiscal e/ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação do pagamento será suspensa. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data da aprovação da Nota Fiscal corrigida, reapresentada no item 6.1.

6.4 - Quaisquer pagamentos não isentarão a empresa das responsabilidades advindas da execução do Contrato.

## 7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - A CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:

7.1.1 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Contrato;

7.1.2 - Promover o acompanhamento e a fiscalização do serviço, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro da Contratada as falhas detectadas;

7.1.3 - Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.4 - Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7.1.5 – Indicar um gestor de Contrato e fornecer endereço eletrônico e telefone para contato da Contratada.

7.1.6 – Entregar ao Gestor Contratual a atualização dos documentos que porventura tenham seus prazos de validade expirados durante a execução contratual.

## 8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, compromete-se a atender os seguintes requisitos:

8.1.1 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

8.1.2 - Atender às demais condições descritas no Termo de Referência;

8.1.3 - Indicar um representante e um suplente para as tratativas quanto à execução do objeto, disponibilizando endereço eletrônico e telefone fixo e móvel do referido representante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

- 8.1.4 - Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros.
- 8.1.5 – Deverá possuir carro reserva com características similares e/ou superiores, caso o veículo que esteja prestando os serviços necessite ser removido para conserto e/ou apresente problemas de funcionamento, devendo o veículo ser substituído no mesmo dia, para não prejudicar o tratamento dos pacientes.
- 8.1.6 – Obedecer às regras de transporte de crianças de 0 a 7 anos, providenciando equipamentos de segurança necessário (cadeira, assento elevado, etc.);
- 8.1.7 – Os veículos deverão ter registro como veículo de transporte de passageiros.
- 8.1.8 – Os veículos deverão passar por inspeção semestral para os equipamentos obrigatórios e de segurança.
- 8.1.9 – Deverá conter os equipamentos registradores inalteráveis de velocidade e tempo (tacógrafo), nos veículos classificados como VANS, MICRO-ONIBUS E ONIBUS.
- 8.1.10 – Os veículos deverão realizar no mínimo 1 (uma) lavagem simples semanal e 1 (uma) lavagem completa mensal, quando estiverem em uso.
- 8.1.11 – A Contratada deverá disponibilizar frasco de álcool gel 70% para higienização das mãos dos ocupantes dos veículos;
- 8.1.12 – A cada viagem realizada, deverá a Contratada fazer a higienização interna do veículo, conforme Protocolos sanitários vigentes – COVID-19 e demais.
- 8.1.13 – A empresa deverá manter atualizado todos os documentos constantes deste item 8, enquanto perdurar a prestação dos serviços.

## 9 – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONDUTORES

- 9.1 – Os condutores não poderão ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses.
- 9.2 – Os condutores deverão tratar os pacientes com cordialidade, respeito e paciência.
- 9.3 – Havendo reclamações reiteradas (por escrito) de mau comportamento ou imprudência na condução do veículo, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, realizar a troca do condutor, o qual não poderá prestar mais serviços para a Secretaria de Saúde.
- 9.4 – Os condutores deverão seguir rigorosamente os horários de passagem nas residências ou pontos pré-estabelecidos, elaborando relatórios de justificativa com assinatura de testemunhas quando algum paciente eventualmente não embarcar.

## 10 – PENALIDADES

- 10.1 - Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar, ao Contratado, as penalidades previstas no instrumento editalício e na ata de registro de preços.

**Os itens acima especificados, descritos no edital e seus anexos, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.**

**OBS. Os serviços previstos para o presente certame serão executados de forma parcelada, conforme as necessidades da CONTRATANTE.**

**Impossibilidade de cadastro de marca que irá identificar a empresa (marca que é o nome da empresa participante) no sistema BNC: A Empresa poderá no campo de preenchimento da Marca, para não identificar quem é a participante, colocar a palavra “PRÓPRIA”.**

**\*\*\*ATENÇÃO – ENCERRADA A FASE DE LANCES E INDICADA A EMPRESA VENCEDORA NO SISTEMA DA BNC A MESMA DEVERÁ INSERIR PROPOSTA READEQUADA NA “PRÓPRIA PLATAFORMA”, CASO CONTRÁRIO O SISTEMA REALIZARÁ READEQUAÇÕES ALEATORIAS, AS QUAIS NÃO É POSSÍVEL A POSTERIOR ALTERAÇÃO\*\*\***





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## **ANEXO 02**

### **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2023**

#### **MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº \_\_\_\_/2023 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

#### **PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### **CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### **PRAZO DE GARANTIA**

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

#### **LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

#### **VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

#### **LOCAL E DATA**

#### **NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PROCESSO N.º 035/2023  
EDITAL N.º 020/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023  
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

## ANEXO 03



### SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

<b>Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)</b>	
Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
<b><u>e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u></b>	

**\*o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras "BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
  - i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
  - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
  - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento;
  - iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e
3. **O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**
4. **O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**
5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**



## ANEXO 04

### FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

#### PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002, que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

PLANO DE ADESÃO	A:	R\$ 98,10 única participação por edital.
PLANO DE ADESÃO	B:	R\$ 135,00 mensal

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

**Plano de Adesão A**, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

**Plano de Adesão B**, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de Compras e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Para o plano de adesão B ao término do contrato o fornecedor poderá optar pela renovação e/ou outro plano.

Para o plano de Adesão A, após a fase de disputa, a cobrança é gerada com vencimento para o próximo dia útil.

A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail [financeiro@bnc.org.br](mailto:financeiro@bnc.org.br). A liberação irá ocorrer em até 24 horas.

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## **ANEXO 05**

**DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023**

### **DECLARAÇÃO**

A empresa ..... inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

....., ..... de ..... de 2023.

.....  
(representante legal)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## **ANEXO 06 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS**

..... (razão social ou nome), inscrita no (CNPJ ou CPF) sob nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr(a). ....., CPF nº ....., RG nº ....., DECLARA, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação conforme os documentos integrantes do envelope nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de acordo com as exigências constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 011/2023**.

**Em tempo, também declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto do pregão e os termos constantes no Edital e seu(s) ANEXOS e do Regulamento do Sistema de Licitação na Modalidade de Pregão da BOLSA NACIONAL DE COMPRAS e, que temos totais condições de atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

*RESSALVA: apresenta restrição na documentação de regularidade fiscal e trabalhista, porém, por se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte, opta por participar da licitação e regularizar a documentação no prazo estabelecido no edital, caso apresente a proposta de menor preço, ciente da aplicação das sanções estabelecidas no instrumento convocatório caso não a regularize tempestivamente ( ).*

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal**  
**RG nº. \_\_\_\_\_**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## ANEXO 07

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N.º \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

.....inscrito no CNPJ ou CPF sob o n.º ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ..... e do CPF n.º ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PROCESSO N.º 035/2023**  
**EDITAL N.º 020/2023**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 011/2023**  
**LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA**

## **ANEXO 08**

### **DECLARAÇÃO**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

---

Local e data

---

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ N.º 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

PROCESSO N.º 035/2023

EDITAL N.º 020/2023

PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2023

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

ANEXO 09

## MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal Da Estância de Águas de Lindóia, com sede na Rua Professora Carolina Fróes, 321, Centro, Águas de Lindóia, inscrita no CNPJ sob o n.º .46.439.683/0001-89, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **Sr.ª MARIA TERESA MACEDO DE AVILA FERRAZ**, brasileira, portador da cédula de identidade RG n.º 12.238-930-X SSP/SP e CPF n.º 492.922.937-53, residente e domiciliado a Av. das Esmeraldas, n.º 838, Assumpção - Águas de Lindóia, Estado de São Paulo, e a empresa ....., com sede na Rua ....., n.º ....., na cidade de ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, representada neste ato por ....., portador do RG n.º ....., inscrito no CPF n.º ....., firmam a presente Ata de Registro de Preços, nos termos das Leis n.ºs. 8.666/93, 10.520/02, e do Decreto Municipal n.º 1.940/2004, das demais normas aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão de Registro de Preços n.º 011/2023**, Ata de Julgamento de Preços, devidamente homologada do processo acima referenciado, **RESOLVE Registro de preços visando a Contratação de empresa especializada em transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindóia, pelo período de 12 (doze) meses**, visando futuras contratações pela Prefeitura, o(s) referido(s) preço(s) oferecidos(s) pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, conforme cláusulas deste instrumento como segue.

**PRIMEIRA (DO OBJETO) – A Detentora da Ata se obriga a realizar os serviços de transporte sanitário de pacientes para tratamento de saúde fora do município de Águas de Lindóia, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do **EDITAL N.º 020/2023**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2023** que integram esta Ata, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**SEGUNDA (DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO) - A Detentora da Ata se compromete a executar os serviços abaixo relacionados.**

ITEM	UNIT	QTD	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL
<b>VALOR TOTAL GLOBAL</b>				<b>R\$</b>	

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os serviços previstos para o presente certame serão **executados de forma parcelada**, conforme as necessidades da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A detentora da Ata deverá possuir equipamentos e pessoal qualificado, na forma de que trata o Anexo I deste Edital no momento da solicitação dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os serviços serão recebidos conforme a seguir:

**a) provisoriamente:** o servidor credenciado receberá os serviços para verificação e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção, ou, se aprovados, emitirá recibo;

**b) definitivamente:** após recebimento provisório, será verificada a integridade da execução dos serviços, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura na Nota Fiscal.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Na hipótese do serviço apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual - Isento

**PARÁGRAFO QUINTO** - O recebimento definitivo do objeto não exime a detentora da Ata de ser responsabilizada, dentro das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada nos serviços prestados.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade pela garantia do serviço.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Os serviços serão conferidos e, se achados irregulares, reclamados à Detentora da Ata, que terá o mesmo prazo previsto na Ordem de Serviço para refazer os serviços rejeitados.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A execução da Ata será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO NONO** - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com a Ata (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).

**TERCEIRA (DO VALOR)** - Os preços são os constantes no registro no valor total de R\$ ... (...), conforme classificação final da Detentora da Ata constante na ata da sessão do Pregão Eletrônico, devidamente juntada nos autos do referido processo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os preços permanecerão fixos e irreeajustáveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Eventual execução onerará verba própria constante no orçamento vigente, desde que existam recursos disponíveis.

**QUARTA (DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)** - A convocação do proponente pela Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar o respectivo pedido, mediante Nota de Empenho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado acima, de acordo com a respectiva classificação no Pregão.

**QUINTA (DAS DESPESAS)** - As despesas para a execução da Ata de Registro de Preços correrão à conta dos orçamentos de cada exercício em curso, de modo que a ausência de renovação da dotação orçamentária em cada exercício financeiro implicará na extinção de pleno direito da Ata.

**SEXTA (DO PAGAMENTO)** - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, correspondente aos serviços efetivamente medidos a vista do respectivo Termo de Aceitação assinado pelo Departamento competente da Prefeitura, de acordo com as especificações do edital desta licitação, que será realizado na forma do art. 73, inciso II da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento será feito através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Detentora da Ata, onde deverá conter na respectiva nota fiscal o número da agência e da conta corrente da empresa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços propostos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Correrão por conta da Detentora da Ata todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da entrega dos produtos.

**SÉTIMA (DO PRAZO)** - O prazo de vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

**OITAVA (DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA)** - São obrigações da Detentora da Ata de Registro de Preços:

- a) Prestar os serviços de acordo com as exigências do Edital e seu Anexo I, admitindo-se somente serviços de qualidade;
- b) Obedecer aos prazos de execução de serviços estipulados e cumprir todas as exigências do edital e Ata;
- c) Manter, durante a execução da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- d) Arcar com todos os custos de reposição ou reexecução nos casos em que não atenderem as condições do Edital;
- e) Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços realizados;
- f) Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução do objeto;
- g) Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- h) Executar todos os serviços que se fizerem necessários e que lhe forem solicitados, dentro da boa técnica e de acordo com a legislação, normas e especificações técnicas pertinentes aos mesmos, por meio de mão-de-obra qualificada, respondendo pela segurança e perfeição dos serviços executados;
- i) Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização pela Contratante dos serviços a serem executados, por servidor e/ou por preposto por ele indicados, facultando-lhes o livre acesso às instalações em que os trabalhos serão desenvolvidos, quando for necessária a vistoria, para comprovação da perfeita execução dos serviços e verificação das peças empregadas;
- j) Responsabilizar-se por todos os danos ou prejuízos que vier a causar à Contratante, seus bens, pessoas ou bens de terceiros, em decorrência do descumprimento das condições aqui definidas ou por falha na execução dos serviços;
- k) Demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

**NONA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE)** - São obrigações da Contratante:

- a) Fornecer todos os dados e especificações necessárias à completa e correta execução do objeto;
- b) Comunicar à Detentora da Ata, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;
- c) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;
- d) Aplicar à Detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
- e) Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do objeto;
- f) Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- g) Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;
- h) Garantir à Detentora da Ata o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos em que forem exigidas trocas ou no caso de aplicação de sanção;
- i) Demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**DÉCIMA (DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)** - O proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado à contraditória e ampla defesa:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO - A pedido, quando:**

- a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrências de casos fortuitos ou força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Por iniciativa da Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia, quando:

- a) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;
- g) O fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em qualquer das hipóteses acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, concluído o processo, a Prefeitura Municipal da Estância de Águas de Lindóia fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

**DÉCIMA PRIMEIRA (DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇOS)** - A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

**DÉCIMA SEGUNDA (DAS PENALIDADES)** - A DETENTORA DA ATA que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei n.º 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nos termos do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial desta Ata, a DETENTORA DA ATA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor da Ata;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com este órgão promotor do certame, por prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o detentor da ata ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O atraso injustificado no atendimento aos chamados, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a Detentora da Ata à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de 15 (quinze) a 30 (minutos) minutos, multa de 0,1% (um décimo por cento) por minuto; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) minutos: multa de 0,2% (dois décimos por cento) por minuto.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Pela inexecução total ou parcial da Ata, poderão ser aplicadas à Detentora da Ata as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**b)** a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Detentora da Ata por danos causados à Contratante.

**PARÁGRAFO SEXTO** - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 3 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a DETENTORA DA ATA vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO NONO** - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

**DÉCIMA TERCEIRA (DA RESCISÃO)** - A presente Ata poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

**DÉCIMA QUARTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)** - A presente Ata não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, sem a devida autorização da Contratante.

**DÉCIMA QUINTA (DAS RESPONSABILIDADES)** - A detentora da Ata assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução da presente Ata, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Detentora da Ata.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Detentora da Ata com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da detentora da Ata, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A detentora da Ata manterá, durante toda a execução da Ata, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

**DÉCIMA SEXTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)** - Constituirá encargo exclusivo da detentora da Ata o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização desta Ata e da execução de seu objeto.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**DÉCIMA SÉTIMA (DA PUBLICIDADE DA ATA)** - Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura da presente Ata, a Contratante providenciará sua publicação resumida na Imprensa Oficial, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

**DÉCIMA OITAVA (DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO)** - Para utilização da Ata de Registro de Preços as unidades deverão requisitar do(s) detentor(es), obedecida a ordem de classificação dos produtos registrados mediante a elaboração da nota de empenho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar anti-econômica ou desnecessário o objeto.

## **DÉCIMA NONA (DA ANTICORRUPÇÃO)**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto n.º 3.678/2000;
- b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto n.º 4.410/2002;
- c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto n.º 5.678/2006.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A DETENTORA DA ATA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A DETENTORA DA ATA se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A DETENTORA DA ATA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013, art. 5º.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da A DETENTORA DA ATA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto n.º 8.420/2015, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

**PARÁGRAFO SEXTO** - A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

## **VIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).**

**PARAGRAFO PRIMEIRO** -As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução da presente ATA DE REGISTROS, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE LINDÓIA

CNPJ Nº. 46.439.683/0001-89

Inscrição Estadual – Isento

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses constantes do art. 7º da lei 13709/2018): mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e nas demais condições constantes do artigo 7º da presente lei.

**VIGÉSIMA PRIMEIRA (DISPOSIÇÕES GERAIS)** - A detentora da ata assume integral responsabilidade pela execução dos serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta Ata e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ficam vinculados a esta ata e passam a fazer parte integrante dele, Edital que originou a presente licitação e a proposta da detentora da ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98.

**PARÁGRAFO QUARTO** - O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da DETENTORA DA ATA de cumprir com os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

**VIGÉSIMA (DO FORO)** - O Foro da presente Ata será o da Comarca de Águas de Lindóia/SP, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Águas de Lindóia, ..... de ..... de 2023.

**MARIA TERESA MACEDO DE AVILA FERRAZ**  
Secretária Municipal de Saúde

**Detentora da Ata**  
**Nome do Responsável**